

Mulheres nos caminhos da diáspora: a construção das identidades e da cidadania na Europa

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 50
Fevereiro 1998

A mobilidade é a experiência do século XX por excelência e as mulheres estão a ser elas próprias agentes da contínua transgressão de fronteiras, tanto físicas como simbólicas. Os artigos publicados neste número da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, seleccionados do conjunto de cerca de 150 comunicações apresentadas no Terceiro Congresso Europeu de Pesquisa Feminista, analisam e discutem os contributos das experiências das mulheres para os novos modos de entender a cidadania e a identidade na Europa.

As novas realidades da participação das mulheres em todas as esferas da vida das sociedades contemporâneas têm suscitado transformações sociais significativas. Apesar do crescente reconhecimento de que todas as experiências sociais são marcadas pela diferença sexual, o estudo da complexidade das experiências de mobilidade das mulheres enceta os seus primeiros passos. A análise convencional da mobilidade social, por exemplo, considera a situação social das mulheres como determinada pela dos homens com quem vivem. De modo semelhante, nos estudos dos processos e políticas

migratórios, a pouca atenção que lhes é dada enquadra-se normalmente nas políticas de reunificação familiar e nas análises comparativas da fertilidade das populações. A própria legislação da União Europeia relativamente à livre circulação de pessoas ainda se baseia no modelo dominante do provedor masculino, tornando as mulheres actores passivos e invisíveis do processo migratório. Neste contexto, as mulheres migrantes não são consideradas como sujeitos autónomos, ou como suscitando problemas específicos de integração. Na verdade, não se toma em conta que o seu estatuto legal, geralmente muito precário, porque dependente da sua situação conjugal, as torna extremamente vulneráveis e sujeitas às mais diversas formas de dominação e de exploração, tanto em casa como no trabalho. O Terceiro Congresso Europeu de Pesquisa Feminista, subordinado ao tema *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*, que decorreu em Coimbra nos dias 8 a 12 de Julho de 1997, foi um projecto transdisciplinar e transnacional que proporcionou um espaço de diálogo em torno do significado das experiências de mobilidade espacial, social, cultural, política e económica das mulheres e do seu papel na construção da cidadania europeia.

As migrações são, sem dúvida, uma das principais formas de mobilidade social. Presentemente, dada a sua escala, intensidade e volume, as migrações são marcos incontornáveis no sistema de relações internacionais. Com efeito, nenhum país da Europa escapa actualmente aos seus efeitos. Se até recentemente as experiências dos países europeus eram bastante diferenciadas, sendo uns marcados pela imigração e outros pela emigração, actualmente assiste-se a uma tendência para a homogeneização associada à intensificação dos fluxos migratórios entre todos os países do continente europeu, à fixação na Europa de populações não-europeias e ao crescimento de fenómenos de xenofobia, racismo e nacionalismo. A pouca visibilidade que tem sido dada às experiências das mulheres deixa de fora problemas como o estatuto de residência, o acesso ao emprego, à educação escolar e à cidadania, o direito à dupla nacionalidade, etc. Os textos reunidos no Número 50 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* debatem estas questões em geral em

torno de dois eixos: por um lado, o das relações das mulheres com o Estado-nação e a cidadania, e por outro, o do impacto das mobilidades na construção das identidades. As perspectivas avançadas consubstanciam a importância que devem ter estas questões nas nossas agendas de investigação e de mobilização social e política.

Para esta publicação, seleccionámos um conjunto de textos em que as questões da mobilidade e da cidadania na Europa são equacionadas numa perspectiva mais ampla e cuja divulgação dada entre nós a estas temáticas justifica, segundo cremos, a opção tomada. Os textos incluídos correspondem na sua maior parte às apresentações feitas nas conferências plenárias. As excepções são o texto de Fortunata Piselli, incluído por ser uma boa avaliação do contributo teórico e empírico de várias abordagens do fenómeno migratório e das respectivas potencialidades, o de Manuela Ribeiro, por acharmos que nos mostra uma nova realidade do papel e das estratégias das mulheres portuguesas na emigração, e o de Heloísa Perista, por nos devolver em parte o olhar com que as mulheres provenientes dos países da União Europeia vêm a sua experiência de fixação no nosso país.

Tanto a identidade como a cidadania se constroem com base na diferenciação do 'Outro'. Definir identidade é definir alteridade, definir cidadania é definir fronteiras de exclusão/inclusão. Em meados da década dos anos 80, a União Europeia lançou-se no projecto da construção da cidadania europeia como forma de aproximar os cidadãos desta estrutura supra-nacional. A política de livre circulação interna, consagrada como direito fundamental da condição de cidadão europeu no Tratado de Maastricht, tem contrastado com um crescente fechamento relativamente às suas fronteiras exteriores. De tal modo que a imagem mais marcante da Europa é a da «Fortaleza Europa», como se lhe refere Rosi Braidotti, no texto aqui publicado.

Para uma nova identidade e cidadania europeias

O duplo processo de inclusão/exclusão é essencial à construção da cidadania baseada nos convencionais laços territoriais e de sangue. A teoria feminista tem

vindo a pôr em causa as velhas concepções de cidadania, bem ilustradas na formulação de Marshall, denunciando o seu a-historicismo e androcentrismo, e tem avançado propostas para uma reconceptualização da cidadania fundada em novos vínculos e princípios. O princípio da autonomia individual, que está no centro das definições convencionais e formais de cidadania, tem sido objecto de uma desconstrução sistemática. Tem vindo, assim, a ser afirmado que, na prática, aquele princípio tem significado fundamentalmente a desresponsabilização das obrigações relativamente a outras pessoas e à comunidade. Ora, os textos aqui incluídos esboçam alternativas que nos permitem repensar a cidadania segundo modelos mais flexíveis (Braidotti) e múltiplos (Pintasilgo). Estas alternativas propõem que a construção da identidade e cidadania não se baseiem no modelo masculino, isto é, o modelo da pessoa supostamente autónoma, mas de facto dependente dos cuidados de outrem. Como a incursão histórica elaborada por Mary Layoun nos recorda, tanto a moderna cidadania como o moderno estado-nação assentam, não apenas na discriminação sexual, mas igualmente na discriminação étnica. O contrato social tem por fundamento o sacrifício não só das mulheres mas também de todos os «outros» povos subordinados e marginalizados. Assim, nos textos aqui tornados públicos, aponta-se para um novo projecto de cidadania baseado num novo contrato sexual (Pintasilgo) e para uma nova identidade europeia baseada nos princípios da responsabilização social pela nossa história e pelo nosso passado; essa nova identidade exige um reposicionamento estratégico da «cor branca» (*whiteness*), o que implica o reconhecimento de que a «cor branca» é uma questão política nas nossas sociedades multiculturais (Braidotti). Ao desmontar os vários processos de exclusão em que se tem baseado a construção da cidadania e da identidade europeias, estes textos incitam-nos a questionar e a resistir ao poder de uma tradição ocidental que tem sistematicamente definido os não ocidentais como «Outros» (Regulska).

No processo de construção da identidade e cidadania europeias, a negociação das fronteiras externas (onde começa e acaba a Europa?) ocupa um lugar central. A política de integração e alargamento é, assim, através-

sada por toda uma série de tensões inerentes aos processos de dominação política, económica e cultural. Joanna Regulska, no seu texto, analisa o modo como o discurso político-económico (centrado na ideia da coesão e da convergência económica) e o discurso cultural (em torno de uma política identitária que assenta na construção do «não-ocidental» como «outro») têm marcado as identidades em transformação nos países da Europa Central e Oriental que se encontram na expectativa de integrarem a UE. Ao mesmo tempo, a autora discute algumas iniciativas desenvolvidas por mulheres de diversos países, mesmo os que são membros da UE, para resistir a essas formas de dominação, contestando as políticas de integração e organizando-se em redes de cooperação alternativas que implicam alianças estruturadas a partir de outros espaços (por exemplo, a Rede da Região Nórdica-Báltica e do Noroeste da Rússia e a Associação de Mulheres da Região do Mediterrâneo).

Os artigos de Pintasilgo, Regulska, Braidotti e Mary Layoun apontam para a necessidade de repensar outras modalidades de acesso à cidadania, para além dos convencionais *jus soli* e *jus sanguinis*, o direito do solo e o direito do sangue. A cidadania europeia, enquanto cidadania transnacional, não pode simplesmente adoptar os princípios em que tem assentado a construção das cidadanias nacionais. De contrário, prosseguir-se-á a mesma lógica discriminatória da «Fortaleza Europa», que inspirou os acordos de Schengen, segundo a qual todos os outros são definidos como «não-europeus», mesmo os que vêm de outras partes do continente europeu, os «europeus-outros», na expressão de Regulska, ou as minorias étnicas que vivem na Europa, como é assinalado por Braidotti. As fronteiras europeias devem ser vistas como espaços de amálgamas culturais e de configurações de novas identidades, resultantes da diáspora e do nomadismo. A cidadania europeia deve reinventar-se em torno dos princípios dos direitos humanos, do reconhecimento das diferenças culturais e da autonomia para todos os sujeitos, independentemente do seu sexo, etnia, religião ou estatuto familiar ou profissional. Podemos, sem dúvida, encontrar algumas pistas para a reconceptualização da identidade e cidadania europeias nos debates actuais sobre direitos humanos — que em geral opõem

**Mulheres
migrantes:
experiências
e representa-
ções**

visões universalísticas a visões particularísticas — e sobre o reconhecimento de direitos humanos especificamente femininos. A mensagem fundamental dos textos aqui coligidos passa também por um apelo à urgente intervenção e empenhamento feminista na construção de uma nova identidade e cidadania europeias que não se definam por oposição à «mulher do terceiro mundo», à «europeia-outra» ou à «mulher muçulmana».

Os debates em torno da liberdade de expressão das minorias étnicas nos países da União Europeia estão bem presentes no texto de Françoise Gaspard, aqui incluído, através da análise do caso específico da França. Neste país, como é sobejamente conhecido, têm-se verificado várias polémicas em torno da prática da poligamia e do uso do véu nas escolas por parte das jovens de origem muçulmana. Como a autora muito bem enfatiza, analisados os termos em que tais debates têm tido lugar, a questão fulcral não é a da desigualdade entre mulheres e homens, mas antes a do lugar do Islão na Europa. Só assim se compreende que a complexidade das experiências das mulheres imigrantes tenha permanecido invisível, apesar do muito que delas se tem falado. Na verdade, os discursos mais comuns reduzem-nas às imagens de esposas, de instrumentos manipulados por fundamentalismos religiosos, de símbolos vivos do fracasso das políticas assimilacionistas ou, então, em contraste, de agentes da integração social. Seja como for, esses discursos não nos devolvem a complexidade da sua situação e experiências.

A invisibilidade é frequentemente um produto das perspectivas de abordagem. A contribuição de Fortunata Piselli neste volume traduz-se exactamente na desconstrução das práticas discursivas e metodológicas das principais correntes de investigação sobre os fenómenos migratórios (as análises quantitativas e os estudos de caso). Nos estudos de caso já é possível obter uma imagem mais polifacetada da experiência da migração, mas, através das análises quantitativas, a imagem que se obtém não passa de um esboço feito com lápis muito grosso e pouco atento aos pormenores. Em alternativa, a autora aponta a teoria das redes, particularmente profícua

na visibilização dos papéis das mulheres nas estratégias e trajectórias migratórias das famílias. A teoria das redes tem demonstrado que o parentesco e a etnia são factores importantes nos movimentos migratórios e na estruturação do emprego, tanto nos países de origem como nos países de destino. Outro contributo igualmente importante desta abordagem é a revelação da complexidade das relações existentes entre a economia formal e informal.

Encontramos ainda novos elementos da complexidade da imagem das mulheres migrantes enquanto portadoras de projectos autónomos de mobilidade na contribuição de Louise Ackers, baseada num estudo comparativo sobre mulheres migrantes em cinco países da União Europeia (um dos quais é Portugal). Tomando em conta a distribuição das obrigações e recursos da prestação de cuidados por parte das mulheres ao longo do seu ciclo de vida e em função do lugar em que se encontram, Ackers traça um complexo quadro feito de dependências e inter-dependências, oportunidades, constrangimentos e novas formas de exploração. Deste modo é possível perceber como a autonomia de alguns projectos migratórios pode ser pouco a pouco erodida por um acumular de decisões pontuais e pequenas cedências feitas num quadro de enormes tensões para as mulheres relativamente ao seu próprio sentido de obrigação e papel e às expectativas dos que as rodeiam, tanto no seio da sua própria família como na sociedade no seu todo, que está organizada com base no pressuposto de que lhes cabe a elas a prestação dos cuidados necessários à família.

A mesma imagem de complexidade é-nos dada por Heloísa Perista, responsável pelo estudo do caso português do projecto coordenado por Ackers. Perista discute os factores que influenciaram as mulheres a emigrar bem como o impacto da emigração nas suas carreiras e autonomia financeira. As experiências variam consoante as suas origens e trajectórias. Aquelas que já desenvolviam uma actividade profissional nos seus países de origem e emigraram para acompanhar os seus maridos são, em geral, confrontadas com a desqualificação e piores condições de trabalho em termos de remuneração, de horários de trabalho, de segurança no emprego e outros benefícios. As portadoras de projectos autónomos de

emigração, ao contrário, reconhecem estar numa situação melhor do que aquela que encontrariam no seu país.

Todos estes estudos tornam claro que se verificam hoje em dia mudanças significativas nos movimentos migratórios e no papel que neles desempenham as mulheres. Estas emigram cada vez mais em busca de uma oportunidade de emprego no estrangeiro. A crescente integração das mulheres no mercado de trabalho registada nos países da União Europeia não tem sido acompanhada por mudanças equiparáveis ao nível da divisão sexual do trabalho, nomeadamente do trabalho doméstico. Assim, assistimos nesses países a um crescente recurso à contratação de empregadas domésticas (criadas e ajudantes domésticas que prestam cuidados a crianças, idosos e outros dependentes). Este mercado de trabalho informal constitui uma das principais fontes de absorção das novas formas de migração independente de mulheres (veja-se Gaspard e Ribeiro). Em vários países, é crescente o número de mulheres em situação ilegal que entram neste circuito da economia informal, que as sujeita às mais diversas formas de exploração. Relacionados com o aumento do racismo e da xenofobia, o controlo apertado dos imigrantes e as crescentes dificuldades dos processos de legalização têm contribuído para colocar muitas mulheres numa insustentável situação de clandestinidade. Neste contexto, o sector dos serviços domésticos oferece algumas vantagens, uma vez que os empregos têm menor visibilidade social, como Manuela Ribeiro aponta no seu texto.

Uma outra tendência evidente nos padrões migratórios é a emergência em muitos países de redes de mulheres migrantes formadas por mães, irmãs e primas. É neste novo contexto que a análise das redes se manifesta de extrema relevância, permitindo revelar novos modelos de reunificação familiar em que as mulheres surgem como as provedoras principais, enquanto os maridos ou outros familiares permanecem nos países de origem, emigrando só depois da instalação daquelas no novo país. É assim provável que esta inversão do padrão tradicional de emigração venha a repercutir-se nas auto-representações de homens e mulheres, contribuindo para a transformação das suas relações sociais.

As mudanças que conduziram ao aumento da migração das mulheres, contudo, não ocorreram apenas ao nível da procura de mão de obra. Ao nível da oferta, nos países de origem, podemos salientar certos factores que em alguns casos «empurraram» as mulheres para a emigração ou, noutros casos, as «libertaram» de condições restritivas, permitindo assim a concretização do desejo de emigrar. Em primeiro lugar, devemos referir que, em consequência das guerras civis em várias partes do mundo (e mais perto de nós, na Europa, no Norte de África e no Médio Oriente), muitas mulheres têm sido obrigadas a emigrar em busca da sobrevivência e da subsistência para si próprias e para as famílias, muitas vezes deixadas em situações de extremo perigo e precaridade. Em segundo lugar, tem havido modificações significativas nas condições de vida e de trabalho de certas regiões agrícolas, nomeadamente nos países da Europa do Sul. A mecanização, o decréscimo das taxas de fertilidade, a importância decrescente da família agrícola como unidade de produção e a monetarização destas economias contribuíram para a «libertação» das jovens destas regiões, permitindo-lhes assim partir e tornar-se economicamente independentes. Neste novo contexto, tem ocorrido uma diversificação das estratégias de inserção das jovens de áreas rurais no mercado de trabalho — as suas escolhas incidem cada vez mais na educação e na emigração (ver Ribeiro).

As políticas de imigração e integração têm um papel fundamental na determinação das condições de vida e de trabalho das populações imigrantes. Actualmente, esse papel é ainda mais importante devido, por um lado, à crescente globalização da economia e à concomitante intensificação dos fluxos migratórios, e, por outro, à tendência cada vez mais marcada para equacionar a integração no mercado de trabalho como condição *sine qua non* da integração social. Dado o grau de fechamento que caracteriza as políticas actuais de imigração na maior parte dos países europeus, é previsível que a clandestinidade aumente, o que contribuirá para uma maior precaridade da situação económica e social das mulheres migrantes — sem autorização de residência e licença de trabalho estarão sujeitas a condições próximas da escravatura.

Em *Three Guineas*, Virginia Woolf elege a marginalidade como a metáfora que melhor traduz a condição das mulheres ao escrever que como mulher não tem país, como mulher o seu país é o mundo inteiro. Quer tomemos como ponto de observação esta ou outras metáforas, como as de nómada, de emigrante ou de estrangeira, a imagem que ressalta é a de que as nossas identidades são configurações baseadas em reportórios culturais híbridos e heterogéneos. Constatamos, pois, a recorrência com que vai surgindo um certo tipo de discurso que sublinha as vantagens comparativas das mulheres sobre os homens num mundo marcado pela globalização e pela reestruturação económica e política, em que a flexibilidade e a polivalência são termos incontornáveis. As pessoas migrantes constroem identidades caleidoscópicas e laços de pertença múltiplos, gerando uma espécie de identidade e de cidadania transnacionais. Num mercado altamente turbulento, estes atributos transformar-se-iam numa vantagem competitiva sobre as pessoas que não mudam os seus laços nem ultrapassam as fronteiras do seu universo de origem. Estando habituadas a realizarem múltiplas tarefas e a circular em esferas diferentes, as mulheres surgem como portadoras de um potencial ampliado para projectos de cidadania mais flexíveis e como suportes privilegiados de uma cidadania europeia em construção (veja-se Pintasilgo, por exemplo).

Quem se move transporta memórias e projectos, descobre-se e constrói-se a si mesmo no exercício quotidiano para ligar o passado ao futuro, a herança cultural à nova inserção profissional e social. A mobilidade, a transculturação e a diáspora tornam-se novas metáforas para a construção das identidades de quem nunca conseguirá voltar ao ponto de partida. A expressão cultural contribui para reforçar a imagem das mulheres imigrantes numa cultura estranha, com a qual é necessário estabelecer laços de reciprocidade. Neste domínio, ganham relevância todas as formas de acção que levem a um aumento da mobilização social, não apenas das mulheres imigrantes enquanto indivíduos, mas das mulheres enquanto colectivo social orientado para a reivindicação de uma cidadania plena.